



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 25/2010** -----

-----Aos doze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 11 de Outubro de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **4.095.855,74 € (Quatro milhões, noventa e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e setenta e quatro centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

ASSUNTOS

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe, além dos elementos da comunicação social, não se registou qualquer intervenção. -----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----**2.1.1 – PARQUE DO MANDANELHO EM OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Vereador Paulo Rocha alertou o Presidente da Câmara para o facto de, em visita ao Parque do Mandanelho, em Oliveira do Hospital, ter verificado a existência de diversas situações que no seu entender carecem de intervenção da autarquia, nomeadamente no que diz respeito a alguns dos elementos de iluminação pública e sinalização que julga terem sido danificados aquando da realização da EXPOH/2010. Solicitou assim ao Presidente da Câmara que diligencie no sentido de que os serviços reponham todas essas situações a fim de evitar a sua degradação no futuro. Registou igualmente o facto de ter verificado que à entrada do Parque ainda se encontra colocada a estrutura que foi utilizada como “pórtico da EXPOH” bem como no palco uma lona afixada a fazer referência àquele evento. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A pedido do Presidente da Câmara, a Vereadora Graça Silva informou que já diligenciou no sentido das situações atrás referidas serem regularizadas o mais brevemente possível. Deu ainda conta que a lona afixada no palco será retirada aquando de uma intervenção dos serviços de jardinagem para cortar os pinheiros secos que se encontram junto àquele equipamento. -----

-----No que se refere à estrutura colocada à entrada do parque, o Presidente da Câmara deu conta que, face à dificuldade que os funcionários da autarquia tiveram para a desmontar e tendo em conta o custo da mesma, a Câmara Municipal contactou a empresa responsável pela sua montagem para que venha retirá-la o mais brevemente possível e assim dar instruções aos funcionários da autarquia da forma como se desencadeia todo o processo de desmontagem para que a situação não se repita no futuro. -----

-----2.1.2 – COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL – 7 DE OUTUBRO DE 2010

-----O Vereador Paulo Rocha registou a sua indignação em relação a parte substancial do discurso do Sr. Secretário da Administração Local na Sessão Solene do passado dia 7 de Outubro, aquando das comemorações do Feriado Municipal, sublinhando que “é aqui o local onde posso dizer o que entendo sobre isso”. Prosseguiu referindo que “ausentei-me da sala durante o discurso do Sr. Secretário de Estado, porque de facto entendi que estava a ir longe de mais”. Salientou ainda que “não é só uma opinião minha pois tive a oportunidade de dialogar com algumas pessoas de vários quadrantes que consideraram que de facto foi despropositado, com uma carga político-partidária claramente excessiva completamente desajustado do local e do tempo onde o Sr. Secretário de Estado estava a fazer a sua intervenção”. Entende contudo que o sucedido não é da responsabilidade, nem do Presidente da Câmara, nem do Executivo em permanência, referindo que “não é isso que está subjacente a esta minha intervenção”. Disse no entanto que “tem a ver com a postura de um membro do Governo que se fez deslocar a Oliveira do Hospital, pelo que sei num carro do Estado com motorista pago por todos nós, e portanto acho que o Sr. Secretário de Estado confundiu claramente, numa parte substancial do seu discurso, o local onde eventualmente deveria fazer uma intervenção dessa natureza”. Esclareceu ainda que não é sua intenção tecer qualquer comentário às intervenções paralelas que decorreram ao longo daquela sessão mas entende que “é de facto de mau gosto que no dia da Sessão Solene do Município, um membro do Governo faça um discurso como o que foi feito pelo Sr. Secretário de Estado”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que não iria pronunciar-se sobre o assunto, acreditando no entanto que não foi intenção do Vereador Paulo Rocha atribuir-lhe responsabilidades pelas declarações do Sr. Secretário de Estado proferidas aquando do seu discurso na Sessão Solene das comemorações do Feriado Municipal. Disse igualmente acreditar que a intervenção do Sr. Secretário de Estado terá resultado como resposta às intervenções dos diversos representantes das forças políticas com assento na Assembleia Municipal. Mais referiu ter uma opinião muito própria sobre o assunto, defendendo que o dia das comemorações do Feriado Municipal deve ser um dia de festa e de união e não de discrepância ou de jogos políticos que façam com que as pessoas se afastem. Considera ainda que “quando se recebe a visita de uma individualidade do Governo todos nós gostamos de a receber bem”. Reconhece no entanto que houve efectivamente algum jogo político nas intervenções que se foram registando naquela sessão, sublinhando que “às vezes dizemos as coisas e depois também temos que saber ouvir”. -----

-----Interveio o Vereador José Francisco Rolo referindo que no seu entender “aquilo que terá desagradado ao Vereador Paulo Rocha, e eventualmente a outras pessoas, foi a reacção do Sr. Secretário de Estado que depois de ouvir serenamente um conjunto de críticas e apreciações políticas e legítimas em anteriores discursos que antecederam o dele, justas ou não,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

democraticamente, também fez a sua leitura e disse aquilo que entendeu”. Prosseguiu lembrando que veio um Secretário de Estado a Oliveira do Hospital como já vieram outros neste mandato e em anteriores mandatos”. Recordou no entanto que em anteriores mandatos aconteceram situações em que foram convidados Secretários de Estado e a Ministra do Ensino Superior para a inauguração de diversos equipamentos no concelho, que acabaram por não comparecer mas cujos nomes ficaram a constar nas respectivas placas de inauguração. Lembrou igualmente que aquando da presença do Sr. Secretário de Estado, Dr. Paulo Pereira Coelho, na inauguração da Praia Fluvial de Avô, numa altura em que o Governo era de maioria PSD, também disse aquilo que entendeu num discurso altamente político, sublinhando que “eu estava lá na altura e percebi quais eram as regras do jogo, o senhor disse aquilo que entendeu, ninguém o hostilizou, ninguém o interpelou, e eu apenas ouvi. Aplaudi na altura por boa educação, o que não quer dizer que tenha subscrito aquilo que ele disse e que provavelmente, à luz daquilo que disse o Vereador Paulo Rocha, também foi, na altura, um acto de propaganda num acto solene em representação do Governo”. -----

-----O Vereador Paulo Rocha disse continuar a reiterar que o Sr. Secretário de Estado usou, em parte substancial do seu discurso, uma carga excessiva em termos político-partidários, considerando, o local e o momento em que o fez. Referiu não se recordar que aquando da inauguração da beneficiação da Praia Fluvial de Avô, o Dr. Paulo Pereira Coelho tenha usado do mesmo tom, ou aproximado daquele que foi agora usado pelo Sr. Secretário da Estado aquando das comemorações do Feriado Municipal, entendendo que a ausência de Ministros ou Secretários de Estado em eventos para os quais tenham sido convidados não serve de atenuante para o que ele fez. Relativamente à possibilidade que a mesa da Assembleia Municipal entendeu dar às forças partidárias e grupo de cidadãos independentes, com assento naquele órgão, de poderem intervir, entende igualmente que tal atitude não pode servir ao Sr. Secretário de Estado para depois ripostar “na mesma moeda”. Disse ainda tratar-se de um membro do Governo que representa o poder executivo do mais elevado nível no país, pelo que, na sua opinião, não pode estar a ripostar dessa forma, até porque, pelo que registou, as restantes intervenções não lhe pareceram ter sido assim tão acintosas, nomeadamente a do representante do PSD.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo lembrou que “o contexto político da inauguração da Praia Fluvial de Avô deu-se numa fase em que havia alguma turbulência governativa, após a saída do Governo do Primeiro Ministro Durão Barroso para Bruxelas e quando várias vezes foi colocada em causa uma suposta legitimidade do Governo, pelo que dá para perceber o tipo de discurso que foi proferido na altura”. Disse no entanto que as questões formuladas na Sessão Solene do Feriado Municipal foram colocadas de acordo com o entendimento de cada orador pelo que não iria tecer qualquer juízo de valor sobre as mesmas, respeitando-as com espírito democrático.-----

-----O Vereador Mário Alves interveio referindo que “o Sr. Secretário de Estado não estava cá como elemento do Partido Socialista mas sim como membro do Governo, e como tal tem que saber ser superior a toda e qualquer crítica que pudesse advir da parte partidária relativamente às intervenções dos outros partidos. E portanto, o que o Sr. Secretário de Estado demonstrou em Oliveira do Hospital, à semelhança do que um outro Secretário de Estado, que até é “filho da terra” o fez há três anos atrás, foi falta de “sentido de Estado”, demonstrando assim que não tem todas as competências necessárias para exercer um cargo daquela natureza”. Prosseguiu referindo que “não venham para cá tentar fazer dos oliveirenses “mentecaptos”, a pregar as teorias do crescimento e de que não há problemas..., não há crise..., não há nada.... Os oliveirenses não são “mentecaptos”, é gente que pensa e que tem capacidade crítica, é gente que sabe o que quer, e isso foi demonstrado inclusive, quer pelo Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção, quer pelos representantes dos partidos quando também fizeram as suas intervenções. Sabem bem o que querem para Oliveira do Hospital.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara registou contudo a disponibilidade do Sr. Secretário de Estado para estar presente nas comemorações do Feriado Municipal, sublinhando que a sua presença resultou de uma situação de emergência num convite pessoal que lhe enviou à última hora”. -----

2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

-----2.2.1 – SANEAMENTO BÁSICO DO CONCELHO -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que na última reunião havia solicitado que lhe fossem entregues elementos relativamente às intervenções que a Câmara Municipal pretende desenvolver no concelho ao nível do saneamento e abastecimento de água, dando conta que até à data ainda não recebeu qualquer documentação sobre o assunto. Questionou assim o Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação desta questão, nomeadamente acerca das intervenções e dos locais em que a Câmara Municipal pretende intervir, sublinhando que “é uma matéria que tal como preocupa o Sr. Presidente da Câmara também nos preocupa a nós, pois infelizmente ainda temos pessoas no concelho que vivem em aglomerados populacionais e que ainda não têm água ao domicílio”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que na sequência da sua presença em algumas reuniões com os responsáveis pela empresa Águas do Zêzere e Côa tem aproveitado algumas oportunidades cedidas pela mesma nomeadamente no que diz respeito ao nível da elaboração de alguns projectos que seriam da responsabilidade do município. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes esclareceu que aquilo que efectivamente pretende saber é qual o tipo de intervenções que a autarquia pretende levar a efeito nas aldeias em que a Águas do Zêzere e Côa não intervém, quer ao nível do saneamento, quer ao nível do abastecimento de água. -

-----O Presidente da Câmara disse existirem um conjunto de prioridades que de acordo com o levantamento que foi efectuado e que abrangeria todas as situações que se encontram por resolver no concelho, haveria um investimento que ultrapassaria os três milhões de euros pelo que só será possível actuar faseadamente e dentro de determinada calendarização, disponibilizando-se para reunir com os senhores vereadores no sentido de analisarem esta questão. -----

-----2.2.2 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO/ RECONHECIMENTO DO SUCESSO ESCOLAR-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe e no seguimento da deliberação camarária de 28 de Setembro de 2010, o Vereador José Carlos Mendes apresentou a seguinte declaração:-----

-----“É com indignação que me vejo obrigado a fazer esta intervenção motivada pela “trapalhada” na aplicação das normas do regulamento do prémio de Promoção/Reconhecimento do Sucesso Escolar instituído pela Câmara Municipal em 2004.-----

-----É revoltante que um prémio que foi criado para premiar anualmente os alunos que “se distinguem na Escola e que merecem ser reconhecidos a nível concelhio” tenha servido para tentar amesquinhar a melhor aluna do 12º ano, no ano lectivo 2009/2010, Ana Rita Mendes e, por arrastamento numa fase posterior, montar uma cabala política para atingir o vereador José Carlos Mendes, pai da aluna. Se o tratamento administrativo deixa muitas dúvidas das quais podemos extrapolar conclusões que não vou agora aqui referir, então a componente política associada a este processo é surreal.-----

-----Esta revolta é ainda maior porque, além de envolver a minha filha, envolve também a minha sobrinha e afilhada Carolina Mendes que não mereciam passar por esta situação. A Carolina foi a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

melhor aluna do Curso Científico - Humanísticos da Escola Secundária de Oliveira do Hospital no ano lectivo 2009/2010, tendo recebido em Setembro último o prémio instituído em 2008 pelo Ministério da Educação para o melhor aluno do curso do Ensino Secundário de cada Escola Secundária e a Rita foi a melhor aluna do 12º Ano. Sinto-me deveras orgulhoso não só porque são alunas brilhantes, mas também por aquilo que são como pessoas. -----

-----Saliento que a minha filha nunca se preocupou com prémios e penso que o mesmo aconteceu com a minha sobrinha. A Rita trabalhou para alcançar os objectivos previamente definidos – entrar em Medicina, de preferência em Coimbra. Felizmente conseguiu. Os prémios surgem por acréscimo e têm de ser atribuídos respeitando os regulamentos. Salvo melhor opinião, os regulamentos devem ser aplicados como existem e não como achamos que deveriam existir ou como nós gostaríamos que existissem. Isto é indiscutível. Temos o dever de respeitar o que lá está escrito e não o que achamos que lá devia estar. Aliás, foi assim que aconteceu desde 2004. -----

-----Penso que o Senhor Presidente, em determinada fase do processo, partilhou desta opinião, pois no e-mail enviado à Escola pela Câmara Municipal no dia 29 de Setembro de 2010 às 17 horas e 16 minutos era referido: “Ainda relativamente ao assunto -Normas de Reconhecimento de Mérito Escolar e, de acordo com a nossa conversa estabelecida ainda há pouco por telefone, percebi que o critério aplicado em anos anteriores não era o que apresentei no e-mail anterior, pelo que por ora, entende-se que este ano se continue a aplicar o mesmo critério adoptado por essa Escola em anos transactos. Tanto mais que os Estabelecimentos de ensino envolvidos no prémio de reconhecimento de mérito escolar não devem utilizar dualidade de critérios na aplicação do mesmo regulamento”. -----

-----Também a documentação enviada aos vereadores e que serviu de base ao 1º ponto da Ordem de trabalhos da reunião extraordinária do executivo do dia 4 de Outubro continha uma listagem com a Ana Rita Mendes como a melhor aluna do 12º ano com a média de 19 valores. -----

-----Dado que não estive presente na reunião de 4 de Outubro quando o 1º ponto da ordem de trabalhos foi tratado e como ainda não tive acesso à acta permita-me perguntar-lhe Sr. Presidente:

----- O que aconteceu nos bastidores e na referida reunião para que tenham mudado de opinião? -----

----- O Executivo, a exemplo do que foi feito durante 6 anos, e na reunião de 28 de Setembro, discutiu e votou este ponto? -----

----- Consta-me que o Sr. Presidente contactou três advogados. Qual foi a sua opinião? O parecer deles foi dado por escrito?-----

-----Diz-se por aí que eu reclamei o prémio. Se assim é, gostaria que o Sr. Presidente tornasse pública a minha reclamação. -----

----- Já agora pedia-lhe também que esclarecesse os presentes se o senhor me expulsou da reunião de 4 de Outubro. -----

-----Gostaria agora de colocar três questões à Senhora Vereadora da Educação, Graça Silva. --

----- Em que data é que a Escola Secundária lhe enviou a 1ª listagem com a indicação dos alunos a premiar?-----

----- Em que data é que a Escola Secundária lhe colocou dúvidas sobre a aplicação do regulamento? -----

----- Quando é que a senhora Vereadora respondeu? Para lhe responder limitou-se a ler o regulamento ou solicitou um parecer a alguém? Se solicitou a quem o fez? -----

-----Não posso também deixar de questionar o Senhor Vereador Mário Alves: -----

-----Sr. Vereador, como foi possível o Senhor que sempre fez da legalidade uma bandeira sua, defender acerrimamente na reunião de 4 de Outubro que a média dos alunos do 12º ano para a atribuição do prémio deveria ser calculada com as disciplinas do ano e os exames nacionais,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

quando ao longo de seis anos aplicou e deu cobertura a uma situação diferente – a média das disciplinas do 12º ano sem exames nacionais? Porque é que só este ano é que acha que os exames nacionais devem entrar no cálculo da média? -----

-----Não me faça concluir que é por a Ana Rita ser filha do Vereador José Carlos Mendes. -----

----- O regulamento é o mesmo e o artigo 7º define claramente a equipa que deverá analisar os documentos enviados pelos estabelecimentos de ensino referidos no artº 5. O Senhor foi durante 6 anos membro dessa equipa que, após análise da documentação enviada, deveria fiscalizar e garantir a legalidade de todo o processo. Será que o Senhor se demitiu dessa responsabilidade? --

-----Apesar de eu continuar a considerar que o cálculo da média dos alunos do Ensino Secundário do 10º, do 11º e do 12º ano de escolaridade não deve ser outro que não aquele que foi utilizado durante os 6 anos de vigência do Regulamento, (uma vez que os exames nacionais englobam notas e conteúdos dos anos anteriores, o processo de exames ainda não está concluído a 31 de Julho) e dado que o regulamento não foi alterado em sede própria, desafio o Senhor Presidente da Câmara Municipal ou qualquer Vereador aqui presente a encontrar um aluno do 12º Ano da Escola Secundária de Oliveira do Hospital no ano lectivo de 2009/2010 com uma média superior à da Ana Rita Mendes mesmo incluindo os exames nacionais. -----

-----Para terminar quero deixar aqui bem claro que tomarei as medidas necessárias para repor a verdade. -----

-----Nesse sentido, solicito ao Sr. Presidente que as gravações das reuniões do executivo dos dias 28 de Setembro e 4 de Outubro não sejam destruídas. -----

-----É lamentável que tudo isto tenha acontecido, pois situações como esta em nada dignificam as Instituições e causam conflitos desnecessários e injustificáveis. -----

-----A forma atabalhoada e nublada como foi tratada a aplicação de um Regulamento tão claro e a dimensão desproporcionada que atingiu levam-me, no futuro, a observar com atenção redobrada todas as interpretações de normas e regulamentos trazidos a este executivo.” -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que “eu lamento esta situação, e lamento por variadas razões. Primeiro pelo facto de mexer com questões familiares, incluindo duas alunas que são excelentes alunas. Mas o meu entendimento sobre isto, e quero dizer senhor vereador, que esse mail que acabou de ler não fui eu que o enviei para a Escola”. Prosseguiu esclarecendo que “quando fui alertado para a situação, aquilo que se pediu à Escola, e na minha opinião bem, era que se pronunciasse dentro de um determinado regulamento e nós não tínhamos conhecimento absolutamente nenhum. A resposta veio da Escola foi à reunião da Câmara, e quando me apercebi que a prática anterior não era esta, eu pensei que ainda seria possível encontrarmos uma solução a contento daquilo que é a excelência dos alunos. Pensei eu, que era possível nós fazermos isso, e por isso é que pedi à Sra. Vereadora Graça Silva que enviasse à Escola um mail a solicitar informação sobre quais os princípios que haviam sido seguidos. Depois disso marco uma reunião extraordinária para o assunto ser analisado, mas aqui, na minha opinião era muito difícil haver dois caminhos. Por sua vez pedimos a interpretação a Advogados diferentes em relação ao Regulamento, porque uma certeza eu deixo aqui ao Sr. Vereador José Carlos Mendes, e interprete isso da forma como quiser, mas da parte deste executivo e da parte da senhora vereadora que interveio no assunto, não houve nenhuma cabala política nem nenhuma componente política, isso digo-lhe eu. Houve depois, uma interpretação em relação ao regulamento. Perante esta situação se não houvesse nada que nós não considerássemos anormal não teríamos marcado uma reunião do executivo extraordinária, nós marcamos porque havia uma situação que eu gostaria de ultrapassar, até porque, um Feriado Municipal é um dia de festa. O Sr. Vereador José Carlos Mendes diz que “a leitura do regulamento foi para prejudicar uma aluna deliberadamente...”, eu não posso concordar com isso porque a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

leitura do Regulamento e a leitura da interpretação das pessoas a quem eu pedi, e foram pessoas diferentes, foi bem clara.”-----

-----O Vereador José Carlos Mendes questionou o Presidente da Câmara relativamente à forma como foi solicitado o parecer, ou seja, se foi verbal ou se por escrito, ao que aquele responsável informou que um deles foi pedido via telefone, existindo no entanto um ou dois que foram solicitados por escrito.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes solicitou por sua vez cópia dos mesmos. -----

-----O Presidente da Câmara continuou referindo que “muitas vezes também há advogados que defendem coisas contrárias em relação à lei.”-----

-----O Vereador José Carlos Mendes perguntou ainda ao Presidente da Câmara sobre qual é que tinha sido o parecer, ao que aquele responsável respondeu que “foi o parecer que depois o executivo veio a tomar na reunião de Câmara”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes mais perguntou “mas o que é que o executivo tomou em reunião de Câmara”. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que “o entendimento dos senhores vereadores foi que “tendo por base o Regulamento, devia ser o melhor aluno do 12º ano com os exames incluídos””. --

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que “mas a minha filha é a melhor aluna do 12º Ano com os exames incluídos”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que “se alguém fez as fórmulas mal, não fui eu”. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu ainda que “nos termos dos artº 7º do Regulamento o Sr. Presidente da assembleia Municipal e o Sr. Director da Escola devem reunir para verificar a documentação existente e ver se está tudo correcto, portanto, é conivente na situação Sr. Presidente”. -----

-----A Vereadora Graça Silva lembrou tratar-se de uma matéria que é da responsabilidade da Escola. -----

-----Interveio o Vereador Mário Alves referindo que “desculpe Sr. Presidente, esta intervenção continua ferida de ilegalidade, este senhor ainda não percebeu que não pode falar sobre o assunto. Ainda não percebeu isso!” -----

-----O Vereador José Carlos Mendes retorquiu que “eu não estou aqui a reclamar nada...o problema é meu...”-----

-----O Vereador Mário Alves prosseguiu referindo que “desculpe Sr. Presidente, eu acho que o senhor não deve estar a responder, porque este senhor ainda não percebeu que não pode falar sobre este assunto”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes dirigindo-se ao Vereador Mário Alves disse o seguinte “Sr. Vereador relativamente à intervenção que fez anteriormente, normalmente quem não tem argumento para protestar aquilo que foi dito é a maneira como responde, e como não tem argumentos para contestar aquilo que eu aqui disse, não respondeu. E eu assumo as minhas responsabilidades aqui, não tenho medo daquilo que estou a dizer, não é o Sr. Vereador Mário Alves que me impede de dizer aquilo que penso, a única pessoa que me pode impedir de dizer aquilo que penso é o Sr. Presidente da Câmara e com fundamentação para isso. Não está aqui neste momento em discussão a atribuição do prémio, porque ele já foi atribuído, o que está aqui em discussão é tudo o que se passou à volta da atribuição deste prémio, que é diferente, e que, como eu digo, teve por detrás uma cabala política onde o Sr. Vereador Mário Alves também participou”. ----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra referiu que “eu não admito ao Sr. Vereador José Carlos Mendes que faça insinuações sobre aquilo que ele é capaz de fazer pondo na boca dos outros, é que isso é que ele é capaz de fazer, as tais cabalas políticas, as tais insinuações. E



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

tenta passar para os outros aquilo que ele é capaz de fazer, e que andou a fazer ao longo dos tempos”. -----

-----O Presidente da Câmara chamou a atenção dos senhores vereadores para que houvesse um pouco de serenidade na discussão do assunto, referindo no entanto que “já que o Vereador José Carlos Mendes diz que realmente em termos da formula a filha também era...eu acho que deve pedir-se uma revisão à própria Escola”. Prosseguiu respondendo a uma das questões colocadas pelo Vereador José Carlos Mendes e esclareceu que “nos bastidores não aconteceu nada, não houve nenhuma negociação particular com as pessoas, com o grupo do PSD ou com o Vereador Mário Alves. A Vereadora Telma Martinho esteve presente e houve uma interpretação, agora há aqui algumas coisas neste regulamento que vinham detrás, e aquilo que também se constatou e que o executivo anterior foi capaz de também assumir e aí... foi dizer que “se calhar, pela vossa interpretação... e o que estava em causa era o método como foi feito, a forma como foi aplicado o regulamento anterior e como é que ele foi aplicado este ano. Isto é que esteve um bocado em causa. E aquilo que foi dito pelos senhores vereadores e pelo Vereador Mário Alves, Presidente da Câmara na altura, se nós aplicámos assim..., aplicámos mal...” -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse no entanto entender que “não se pode mudar um método que esteve durante seis anos a ser aplicado numa reunião que não foi marcada para o efeito, porque esses métodos tinham que ser analisados numa reunião marcada para clarificar o regulamento, não para a atribuição do prémio, e não é no final quando se está para atribuir o prémio que se mexe nessa situação. Se havia coisas que não estavam bem, deviam no início do ano lectivo indicar aos alunos que o prémio, neste ano lectivo, não ia ser atribuído de acordo com as regras que tinham sido atribuídas anteriormente. Estão muitas coisas mal nesta situação”. -----

-----O Presidente da Câmara disse ainda entender que “há aqui um problema e que eu acho que a própria Câmara deve rever. Por exemplo, quem geralmente costuma ganhar este prémio, são alunos mais da área de Científicos ou de Humanísticas? Se calhar, o que tinha até alguma lógica era termos alunos com características próprias, porque às vezes os níveis de exigência não são iguais nas duas áreas, e nós sabemos como são as coisas. Agora é assim uma coisa é reclamar se as classificações vieram erradas, e outra coisa é classificar a interpretação do regulamento. E aquilo que este executivo na sua maioria interpretou, depois de alguns pareceres e pedidos de esclarecimento a alguns advogados, esclareceu que esta era a fórmula. Agora, se em termos dos alunos as médias foram mal dadas e se os papéis da escola não estavam correctos, isso é outro problema, é uma questão completamente à parte e que não esteve nesta discussão. Não foi isso que esteve na discussão”. Esclareceu igualmente que “na discussão esteve o seguinte, havia uma aluna que de acordo com a nossa interpretação deste regulamento tinha direito ao prémio, e havia, em relação ao ano anterior, e quanto à aplicação deste mesmo regulamento nos anos anteriores, de maneira diferente, que dava esse prémio a outra aluna. E aquilo que se fez naquela reunião, o que esteve em discussão não foi averiguar sobre qual era a interpretação do regulamento no passado. Porque a verdade é que a Câmara Municipal e os outros executivos não sabia como é que a escola fazia. A Câmara recebia o nome de um(a) aluna(o) com uma classificação que levava à votação do executivo e não tinha que discutir aquilo que a escola lhe indicava, não andou a fazer contas de médias. E por isso é que eu acho que é demasiado forte dizer aqui que era para se “amesquinhar alguém”, e com isso eu não posso concordar. Ou que havia aqui alguma “cabala política”, porque quem me conhecer sabe que eu não entro em cabalas políticas, não sou dessa forma de me posicionar e que isso não teve a ver. Teve sim a ver com reclamações de partes que foram feitas na Escola e que depois levou a uma interpretação que foi esta, mas com os números que estavam na mesa, e não com outros números. Agora, se havia outras notas, outras médias que eram feitas, aquilo que esteve ali não foi isso. E ali, o executivo não teve em consideração as pessoas”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Sublinhou ainda que “e a minha interpretação foi aquela que se aplicou na reunião de Câmara. Estou absolutamente de consciência tranquila. A minha ideia/interpretação foi aquela que se aplicou na reunião de Câmara, agora se os números estavam errados, que é outra coisa, eu lamento e isso é que eu lamento”. Frisou no entanto que “os pais têm toda a legitimidade para contestar onde quiserem esta decisão”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes solicitou ainda ao Presidente da Câmara que lhe respondesse a mais duas questões que também colocou, sendo que uma delas tem a ver com a divulgação da reclamação que apresentou, salientando que “diz-se por aí que eu fiz uma reclamação de prémios, e eu gostava, se tem uma reclamação minha do prémio que a divulgue. Dizem por aí que fui expulso da reunião do passado dia 4 de Outubro, e eu gostava que o Sr. Presidente também dissesse se fui expulso.” Ao que aquele responsável referiu que iria esclarecer tudo isso. -----

-----De seguida, o Presidente da Câmara esclareceu que “eu não sou responsável pelo que se diz por aí. Agora, o Sr. Vereador, ou o Encarregado de Educação, José Carlos Mendes, não fez nenhuma reclamação...”-----

-----O Vereador José Carlos Mendes questionou igualmente o Presidente da Câmara sobre se havia feito algum contacto com ele sobre esta situação, sublinhando que “foi o Sr. Presidente que me contactou por causa da reunião, mais nada...não o influenciei sobre nada!”, ao que o Presidente da Câmara retorquiu “em absolutamente nada, nem eu sou influenciável...”-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu também que “nem eu expulsei o senhor vereador da reunião, é uma coisa ridícula. Aquilo que eu disse ao Sr. Vereador no início da reunião, é que como era uma parte envolvida na situação que não deveria estar presente na mesma, como se faz isso com tantas pessoas. E não houve nenhuma resistência, nem ninguém se quis impor na reunião à força. Por isso isto está esclarecido”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que “mas quem o disse foi pessoa responsável”. ----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que “em 1994 eu também era confrontado em reuniões de Câmara com “o disse...”, “o disse... que tinha dito no café...não sei o quê... “ e nós agora parece que estamos a regressar a esse tempo -----

-----A Vereadora Telma Martinho tomando uso da palavra esclareceu também que “eu na última reunião a única coisa que eu questionei foi o porquê da existência de duas listagens diferentes, uma que veio à reunião do dia 28 de Setembro, e essa eu não a cheguei a ver porque sai antes do final da reunião, e outra que me foi enviada para o meu *mail* e que é diferente da do dia 28, e eu questionei o porquê da existência dessa duas listagens. E questionei por uma razão muito simples, porque eu continuo a achar que estamos a dar o mesmo nome às coisas e a pensar os conceitos de forma diversa, porque se eu falar da listagem que foi enviada no dia 28 de Setembro, eu sou obrigada a dizer que o que ali está é uma média de final de curso secundário, de ciclo, que envolve dez disciplinas mais exames e, a segunda listagem envolve aquilo que hoje aqui foi nomeado, 12º Ano mais exames, e o 12º Ano mais exames envolve a contabilização de seis disciplinas e os respectivos exames, não discutindo aqui a questão da entrada ou não dos exames, já que, esses exames pressupõem a avaliação de frequência de três anos, 10º, 11º e 12º, desses três anos sai uma classificação interna final, a chamada CIF, e é com essa nota que os alunos se propõem a exame no 12º Ano. Portanto, continuamos aqui a fazer uma confusão de coisas, que eu acho que era evitado, porque estamos a misturar “alhos com bugalhos” e só quem não mexe nestas coisas diariamente é que não pode perceber isto”.-----

-----Interveio ainda a Vereadora Graça Silva referindo que “também partilho daquilo que o Sr. Presidente disse inicialmente, ou seja, é lamentável, tendo aqui duas excelentes alunas, que toda esta situação se tenha desenrolado”. Prosseguiu referindo ainda que “e faço “mea culpa”, quando a 2 de Setembro, e indo ao encontro às perguntas do Sr. Vereador José Carlos Mendes, o Director da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Escola Secundária me contactou, onde estava até a decorrer o Programa “Verão Total”, e por telefone, muito rapidamente ele me perguntou uma coisa muito simples e que era “com exames ou sem exames”, e eu disse-lhe que “pela leitura que eu recentemente fiz, porque estive a estudar regulamento, e tinha contactado as escolas para fazer a entrega das listas, parece-me, na minha opinião, que devem ser contemplados os exames. Foi apenas este o contacto, a 2 de Setembro”. Esclareceu no entanto que “apareceu a primeira lista em meados de Setembro para ir a reunião, e depois, na última semana de Setembro apareceu a segunda lista. Aquele *mail* a que se referiu, de facto, fui eu que o transcrevi, fui eu que o enviei para a Escola e responsabilizo-me obviamente por aquilo que foi escrito no mesmo. Porque foi num contacto telefónico, e nessa última semana, penso que a 28 de Setembro, que me apercebi que de facto o Director da Escola em causa tinha colocado em prática outro critério. Portanto, foi aí, e não houve aqui nenhuma cabala política. Ninguém conversou comigo, não pedi opinião a ninguém até a segunda lista aparecer e só depois da segunda lista é que me fui preocupar em saber junto dos tais advogados, qual era a opinião deles, porque só depois me apercebi da situação. Portanto, aqui não houve qualquer intenção em criar a tal “cabala política”, transmiti a minha opinião, e acho que era da responsabilidade da escola como sempre foi de entregar a lista”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que “eu não quero criar polémicas, só quero reforçar aqui que com certeza a verdade virá ao de cima e para isso utilizarei todos os meios que dispuser de forma legal, não de pressões, porque não utilizo isso, e nem de outras coisas como aqui quiseram dizer, teríamos muito mais a dizer sobre isso mas não vale a pena criar aqui mais complicação. Queria no entanto solicitar que, como vereador, me fosse cedida toda a documentação que existir na Câmara relacionada com este processo”-----

----- O Vereador Mário Alves verificou que “depois desta conversa toda eu cheguei a uma conclusão, fomos nós que criámos o facto. Foi a Câmara que criou o facto, ninguém reclamou, ninguém fez coisa nenhuma, o Sr. Presidente da Câmara é que criou o facto.”-----

-----O Presidente da Câmara disse ainda que “tanto a Carolina como a Rita têm pais e o Dr. João Mendes, que é o quadro superior desta Câmara, neste aspecto, tal como o Vereador José Carlos Mendes, não exerceu nenhuma pressão sobre o Presidente da Câmara para alterar a sua posição. O Dr. João Mendes também nunca fez nenhuma pressão, nem nunca se meteu nisto, a sua postura, na minha opinião, foi de grande dignidade, não confundir as duas coisas, a de quadro superior desta Câmara, e a de pai da aluna Carolina Mendes sua filha. Eu sei também que a decisão foi favorável à sua educanda, mas por várias vezes quando eu o chamei, na parte inicial, e percebendo que havia um problema, e por isso é que agendei uma reunião extraordinária porque se não houvesse problema também não teria marcado essa reunião. Mas gostaria de deixar aqui bem claro que em relação a mim, e tal como o Vereador José Carlos Mendes, não exerceu qualquer pressão”. Concluiu referindo que “uma coisa é de louvar, ainda bem que estamos a discutir notas de alunos com médias de 18/19, e como eu disse aqui no meu discurso no Feriado Municipal estamos a discutir pela excelência, ou alunos que são excelentes e isso também me apraz registar como Presidente deste município”.-----

2.3 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----2.3.1 – RESTAURO DE MURO JUNTO À IRAL, EM OLIVEIRA DO HOSPITAL---

-----No seguimento da sua intervenção em anterior reunião da Câmara Municipal, o Vereador Mário Alves registou o facto de ter verificado que o muro junto à Iral, em Oliveira do Hospital,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ainda não foi restaurado, situação que, na sua opinião, poderia e deveria ser resolvida pelos serviços da autarquia.-----

-----**2.3.2 – ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/CATRAIA DE SÃO PAIO**-----

-----O Vereador Mário Alves disse ter verificado que a pintura da via Oliveira do Hospital/Catraia de São Paio já foi executada, lembrando no entanto que havia chamado à atenção do Presidente da Câmara para o facto daquela via se encontrar em mau estado e que se deveria, antes de proceder à pintura, aplicar lama asfáltica para tapar as fissuras e criar uma camada de desgaste. Disse ainda que o referido processo não foi tido em conta pelo que espera que durante o período de Inverno não venha a causar problemas. Recomendou assim ao Presidente da Câmara uma maior atenção relativamente a estes aspectos por entender que muitas vezes os serviços, na ânsia de executar determinado serviço se esquecem de determinados pormenores acabando por se gastar duas vezes o dinheiro. Entende assim que a autarquia, nestas situações, deve estar atenta para que, a gastar, se gaste de uma só vez. -----

3 - ORDEM DO DIA-----

3.1 - APAS - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS E ESCOLA SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.A.G.F./Procº6/1/DOC.2

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente uma carta, datada de 29 de Setembro de 2010, remetida pela Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas e Escola Secundária de Oliveira do Hospital, a solicitar a cedência temporária de 4 salas nas antigas instalações da ARCIAL para funcionamento do Ensino Supletivo da Música, a levar a efeito por aquele Agrupamento de Escolas. -----

-----**Analisado o assunto, entre várias intervenções dos senhores vereadores, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência das respectivas salas, mediante assinatura de protocolo conforme sugestão apresentada pelo Vereador Mário Alves.**-----

-----**Foi igualmente deliberado aprovar em minuta o Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a APAS - Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas e Escola Secundária de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, visando a cedência das referidas salas.**-----

3.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:-----

-----**3.2.1 - T3+1, LDA. - ATELIER DE ARQUITECTURA E ENGENHARIA**-----

D.A.G.F./Procº47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, com face única, no seu estabelecimento, sito na Rua Prof. António Garcia de Vasconcelos, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.**-----

3.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A) AUTARQUIAS:-----

-----**A-1) FREGUESIA DE ALDEIA DAS DEZ**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Aldeia das Dez, um subsídio no montante de **9.000,00 € (Nove mil euros)**, como apoio à realização da “IX edição da Festa da Castanha”, a ter lugar nos dias 30 e 31 de Outubro de 2010. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) FREGUESIA DE LAGOS DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lagos da Beira, um subsídio no montante de **2.226,00 € (Dois mil duzentos e vinte e seis euros)**, como apoio à realização de obras de beneficiação nos lavadouros públicos e construção de instalações sanitárias públicas, na localidade de Póvoa das Quartas, freguesia de Lagos da Beira. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----**B-1) ARCIAL**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ARCIAL, um subsídio no montante de **750,00 € (Setecentos e cinquenta euros)**, como apoio à realização do **XX Corta-mato** daquela instituição. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Foi igualmente deliberado, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, e sob proposta do Presidente da Câmara, atribuir à ARCIAL um subsídio no montante de **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)**, como apoio à conclusão das obras de construção do Centro de Actividades Ocupacionais. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves disse entender que “relativamente aos serviços prestados pela ARCIAL, será sempre pouco aquilo que a Câmara Municipal lá possa “injectar financeiramente” atendendo ao trabalho social que é desenvolvido pela ARCIAL”, lembrando que “a maioria daqueles jovens, se não existisse a ARCIAL, estariam em situações muito complicadas”. Disse ainda que “eu acho que o trabalho desenvolvido pela ARCIAL é extraordinário a esse nível e tudo quanto a Câmara Municipal, legalmente, possa apoiar a todos os níveis, é pouco para aquilo que são os seus objectivos”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

B-1.1) ARCIAL

D.A.G.F./Procº69/3

-----Pelo Presidente da Câmara foi ainda presente o FAX, datado de 6 de Outubro de 2010, remetido pelo Presidente da Direcção da ARCIAL a solicitar a cedência do Parque do Mandanelho, sito em Oliveira do Hospital, para a realização de um concerto de encerramento de *tournee* a levar a efeito pelo “Grupo Alta Frequência” no próximo dia 16 de Outubro, no âmbito de uma parceria estabelecida entre aquele Grupo, a ARCIAL e o Município de Oliveira do Hospital, bem como a isenção das taxas inerentes à obtenção da licença de ruído. Solicita igualmente a colocação naquele espaço de três barracas, com iluminação e uma ficha, destinadas à exposição e venda de produtos por aquela instituição. Agradece ainda a intervenção do Presidente da Câmara que conduziu ao estabelecimento da referida parceria entre as partes envolvidas permitindo assim que as receitas obtidas naquele espectáculo possam reverter a favor da ARCIAL. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o solicitado. -----

B-2) DESPORTO FEDERADO SÉNIOR - ÉPOCA 2010/2011

D.A.G.F./Procº53/4

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes subsídios às Entidades Concelhias com Participação no Desporto Federado Sénior – referentes à época 2010/2011:-----

Época 2010/2011 - Desporto Federado Sénior			
ENTIDADE	MODALIDADE	SUBSÍDIO ANUAL	VALOR MENSAL (10 MESES)
Futebol Clube de Oliveira do Hospital	Futebol 11 – Masculino	45.000,00 €	4.500,00 €
	Hóquei em Patins - Masculino	17.500,00 €	1.750,00 €
Associação Desportiva de Lagares da Beira	Futebol 11 – Masculino	20.000,00 €	2.000,00 €
Associação Desportiva Nogueirense (3ª Nacional)	Futebol 11 - Masculino	70.000,00 €	7.000,00 €
Liga de Melhoramentos de Nogueira do Cravo	Futsal –Masculino	7.500,00 €	750,00 €
Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense	Basquetebol - Masculino	75.000,00 €	7.500,00 €
Sociedade Recreativa de Santa Ovaia	Futsal - Masculino	7.500,00 €	750,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

TOTAL	242.500,00 €	24.250,00 €
--------------	---------------------	--------------------

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----
-----Foi igualmente deliberado autorizar o pagamento dos subsídios ora atribuídos em duodécimos e com retroactivos reportados ao mês de Setembro do ano em curso. -----

-----Ainda sobre este assunto e depois de prestados todos os esclarecimentos pelo Presidente da Câmara relativamente aos documentos solicitados a cada uma das referidas entidades desportivas e que serviram de base à atribuição destes subsídios, o Vereador Mário Alves realçou o facto de estes clubes, habitualmente, não contraírem dívidas a terceiros, entendendo assim que a estabilidade financeira e o bom-nome das instituições, dão também, para além do Mérito Desportivo, o bom-nome ao concelho. -----

-----O Presidente da Câmara registou igualmente o facto de verificar-se uma boa gestão financeira a nível das colectividades desportivas concelhias. -----

C) SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL -----

D.A.G.F./Procº53/4/DOC.3

-----Presente informação do Gabinete Técnico Florestal, datada de 27 de Setembro de 2010, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento de 913,50 € (Novecentos e treze euros e cinquenta cêntimos) correspondente a 50% da despesa efectuada com as refeições dos elementos das diversas corporações e dos respectivos Serviços Municipais de Protecção Civil presentes no combate ao incêndio ocorrido entre 27 e 29 de Julho do corrente ano, no lugar de Quinta da Galvã, freguesia de Lourosa. -----

D) ACCÃO SOCIAL -----

-----D-1) - CASA DA CRIANÇA SARAH BEIRÃO EM TRAVANCA DE LAGOS - VALÊNCIA CRECHE - ESTABELECIMENTO DE MENSALIDADES -----

D.A.G.F./Proc.53/25

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que de acordo com a informação da Técnica Superior de Sociologia, fixe a mensalidade das seguintes crianças admitidas na valência de Creche da Casa da Criança de Travanca de Lagos: -----

NOME DO UTENTE	MENSALIDADE PROPOSTA
Inês Martins Nunes	48,00 €
Michel Rodrigues da Silva	50,00 €
Simão Marques Delgado	23,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----D-2) – PEDIDO DE APOIO HABITACIONAL – Dª AVELINA DA CONCEIÇÃO FERNANDES GONÇALVES BRITES -----

D.A.G.F./Proc.53



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta, remetida pela D^a Avelina da Conceição Fernandes Gonçalves Brites, residente na Rua do Povo, n^o 11, no lugar de Vale Torto, freguesia de Seixo da Beira, deste concelho, a solicitar apoio financeiro para fazer face à realização de obras de melhoria na sua habitação, alegando uma débil situação financeira, devidamente instruída com informações social e técnica, datadas de 9 de Agosto e 13 de Setembro de 2010, respectivamente. --

-----**Posto o assunto à consideração da Câmara Municipal, foi deliberado, por unanimidade e nos termos do disposto nos n^{os} 1 e 3 do Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas do Concelho de Oliveira do Hospital, atribuir ao agregado familiar da D^a Avelina da Conceição Fernandes Gonçalves Brites, um subsídio no montante de 2.000,00 € (Dois mil euros), como apoio à realização de obras de melhoria na sua habitação, incluindo a substituição do telhado.** -----

-----**D-3) – ACCÃO SOCIAL ESCOLAR – REPOSICIONAMENTO DE ESCALÃO** -----

D.A.G.F./Proc.53

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação social n^o75/GASS, datada de 30 de Setembro de 2010, tendo a Câmara Municipal, face ao teor da mesma, deliberado, por unanimidade e de acordo com o disposto no ponto 5 do art^o 9^o do Despacho n^o 18987/2009 do Ministério da Educação, conjugado com o disposto na alínea d) do n^o 4 do art^o 64^o da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, autorizar o reposicionamento de escalão, alterando-o de B para A, do aluno Samuel Coimbra dos Santos, a frequentar o Jardim-de-infância de Oliveira do Hospital. -----

-----**D-4) – MARIA NATÁLIA FERNANDES DE CARVALHO** -----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Acção Social, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas, atribuir ao agregado familiar da Sra. D^a Maria Natália Fernandes de Carvalho, residente em Lagos da Beira, um apoio monetário no montante de 33,84 € (Trinta e três euros e oitenta e quatro cêntimos) para fazer face ao pagamento das taxas inerentes a um processo de Execução Fiscal resultante de duas dívidas de consumo de água, referente aos meses de Outubro de 2009 e Maio de 2010, sob os conhecimentos n^{os} 850 e 7182, respectivamente, devendo o mesmo ser processado pelos serviços no acto do pagamento da respectiva dívida. --

-----Mais foi deliberado isentar a D^a Maria Natália do pagamento da taxa de interrupção e restabelecimento de fornecimento de água. -----

3.4 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.4.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS** -----

D.S.T./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 24 de Setembro e 7 de Outubro de 2010, e que constam da listagem, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

3.5 - OBRAS MUNICIPAIS:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.5.1 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – INFRAESTRUTURAS – FASE I” -----

D.A.G.F./DOC.5

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no nº2 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou, por unanimidade, e com base na informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, abrir concurso público urgente para a empreitada de “EXECUÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – INFRAESTRUTURAS – FASE I”, e aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 620.190,00 € (Seiscentos e vinte mil, cento e noventa euros).-----

-----Ainda que nos termos do artº 155º e seguintes do CCP a constituição do júri não seja obrigatória no presente procedimento dado que se trata de uma empreitada em que se torna necessário a análise de um conjunto de documentação, a Câmara Municipal deliberou ainda, por unanimidade, designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----

----- **Efectivos:** -----

----- **Presidente** – Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----

----- Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças;-----

----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -----

----- **Suplentes:** -----

----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos; -----

----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior. -----

3.6 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----3.6.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 27 de Setembro e 11 de Outubro de 2010, e que constam do mapa, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES -----

-----4.1 - ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CEB - AQUISIÇÃO E OFERTA DE MANUAIS DE INGLÊS -----

D.A.G.F.

-----Por proposta da Vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adquirir à empresa TEXTO EDITORES, LDA., 803 manuais escolares de Inglês, intitulados MINGOVILLE INGLÊS 1º CICLO, para cedência gratuita aos alunos do 1º CEB, que se encontram a frequentar o programa acima enunciado, pelo montante estimado de 4.486,58 € (Quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos).-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----4.2 - PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES/TRANSPORTE ESCOLAR – ANO LECTIVO 2010/2011 - RATIFICAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC's.7 a 25

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar os Protocolos, que se anexam, e que ficam a fazer parte integrante desta acta, celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e as entidades do concelho, que a seguir se identificam, visando o apoio ao funcionamento da Componente de Apoio à Família, o apoio no Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB e bem assim o apoio no serviço de transportes das crianças dos Jardins de infância e Escolas do 1º CEB: -----

- Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas
- Agrupamento de Escolas da Cordinha
- Agrupamento de Escolas de lagares da Beira
- Agrupamento de Escolas do Vale do Alva
- Associação dos Amigos da Lajeosa
- Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural de Penalva de Alva
- Centro de Recreio e Convívio de Alvôco de Várzeas
- Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Bobadela
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia
- Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira
- Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira
- Freguesia de Lourosa
- Freguesia de Meruge
- Freguesia de Seixo da Beira
- Fundação Aurélio Amaro Dinis
- Obra de D. Josefina da Fonseca de Protecção à Criança e Formação Doméstica
- Santa Casa da Misericórdia de Galizes
- Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô
- Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense

-----4.3 – PROGRAMA “REGIME DE FRUTA ESCOLAR” - ADJUDICAÇÃO -----

-----A Vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que no seguimento de uma reunião tida com os professores do 1º ciclo e após uma avaliação sobre a implementação do Programa de Regime de Fruta Escolar no ano transacto, os coordenadores do 1º Ciclo, com base em actas que foram recolhidas no ano anterior e depois do balanço efectuado a este regime,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

concordaram em que a Câmara Municipal se candidatasse novamente para este ano lectivo, apresentando de seguida a informação que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- *“No âmbito do Regulamento do Regime de Fruta Escolar, aprovado pela Portaria 1242/2009, de 2 de Outubro, o Município de Oliveira do Hospital requereu de acordo com a alínea a) do artº 6º do referido regulamento ao Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas a concessão de ajuda para a distribuição de fruta a 797 alunos do 1º Ciclo distribuídos por dezanove estabelecimentos de ensino, tendo o pedido sido aprovado com um montante previsível de 7.651,20 € (Sete mil, seiscentos e cinquenta e um euros e vinte centimos) acrescidos de IVA.”* -----

----- Deu ainda conta que “mais uma vez a adjudicação será feita à Cooperativa Agrícola de Mangualde uma vez que é aquela que se encontra certificada e por conseguinte aquela que está mais próxima do nosso concelho, sendo que em termos de logística torna-se também mais fácil”. Esclareceu no entanto que foi realizado acordo ainda mais rígido com aquela entidade relativamente à distribuição da fruta. Disse igualmente que não se avançou para novas propostas relativamente a essa distribuição tendo em conta precisamente a forma como decorreu no ano transacto, sublinhando que se tudo correr bem durante o ano lectivo 2010/2011, poderemos no futuro dar outros passos no que consiste este Regime de Fruta Escolar.-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

5 – OUTROS ASSUNTOS -----

----- **Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:** -----

----- **5.1 - FREGUESIA DE MERUGE** -----

D.A.G.F./Procº53/4

----- O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à Freguesia de Meruge, um subsídio no montante de **10.000,00 € (Dez mil euros)** como apoio à realização da “VIII Feira do Porco e do Enchido”, que terá lugar nos próximos dias 13 e 14 de Novembro, naquela freguesia.----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

----- **5.2 - FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Procº53/4

----- O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Vila Pouca da Beira, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, como apoio à realização da exposição de pintura denominada “Explosão Acrobática em Atmosfera Sagrada”, levada a cabo entre os dias 25 de Setembro e 17 de Outubro de 2010 pelo artista plástico Pedro Salles, na Igreja do Convento do Desagravo na freguesia de Vila Pouca da Beira. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

----- **5.3 – ATRIBUIÇÃO DE LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Procº6/12/DOC.26

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente uma carta, datada de 15 de Fevereiro de 2010, remetida pela Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central, C.R.L., a solicitar a atribuição de um lote na Zona Industrial de Oliveira do Hospital para levar a efeito um investimento destinado à criação de um centro de recolha e embalagem de produtos agrícolas para efeitos de comercialização, devidamente instruída com informação dos serviços nº GDES/013/10, conforme cópia, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----**Posto o assunto à consideração da Câmara Municipal, foi deliberado, por unanimidade e sob proposta do Presidente da Câmara, adiar a análise e discussão deste assunto para uma próxima reunião a fim de reunir informação mais detalhada sobre o mesmo, nomeadamente no que se refere a questões relacionadas com a atribuição do lote nº 30 à sociedade José Henriques Pereira, Lda., uma vez que a Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central, C.R.L. manifestou interesse na cedência do mesmo.** -----

-----5.4 – EMPREITADA DE “SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA A CASAL DE ABADÉ, PINHEIRINHO, QUINTA DO OUTEIRO E CABEÇADAS (CONCLUSÃO DE TRABALHOS)” -----

D.S.T.

-----O Presidente da Câmara informou que, no uso de competência própria, determinou a abertura de concurso público urgente para a empreitada em epígrafe, parte que ficou por executar pela empresa GRACOVIL, adjudicatária da empreitada inicial, cujo valor estimado é de 132.500,00 € (Cento e trinta e dois mil e quinhentos euros). -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Paulo Rocha questionou o Presidente da Câmara do seguinte “em relação ao valor da adjudicação inicial das duas componentes da obra, água e saneamento, deduzido, daquilo que já foi pago, e se este valor supera essa adjudicação inicial ou se houve trabalhos a menos na empreitada”. -----

-----O Presidente da Câmara disse julgar que não ultrapassa o valor inicial, sublinhando no entanto que a diferença que poderá existir resulta de um processo em que esteve envolvida a empresa GRACOVIL. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento,** -----

-----5.5 – EMPREITADA DE “LIGAÇÕES TÉCNICAS DE SANEAMENTO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - SEIXO DA BEIRA – FASE II” -----

D.A.G.F./DOC.27

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no nº2 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou, por unanimidade, e com base na informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, abrir concurso público urgente para a empreitada de “LIGAÇÕES TÉCNICAS DE SANEAMENTO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - SEIXO DA BEIRA – FASE II” e aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 670.000,00 € (Seiscentos e setenta mil euros). -----

-----**Ainda que nos termos do artº 155º e seguintes do CCP a constituição do júri não seja obrigatória no presente procedimento dado que se trata de uma empreitada em que se torna necessário a análise de um conjunto de documentação, a Câmara Municipal deliberou ainda, por unanimidade, designar com o júri do procedimento em epígrafe os senhores:** -----

----- **Efectivos:** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **Presidente** – Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----
----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior; -----
----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -----
----- **Suplentes:** -----
----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos; -----
----- Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e
Finanças;-----

-----**5.6 – EMPREITADA DE "ESTRADA DO VALE DO VALE, 3ª FASE - TROÇO III -
ALDEIA DAS DEZ/ VALE DE MACEIRA" – RELATÓRIO DE AUDITORIA**-----

D.S.T.

-----O Presidente da Câmara distribuiu pelos senhores vereadores cópia do relatório da auditoria realizada à **Estrada do Vale do Alva - Troço III/Aldeia das dez/ Vale de Maceira"**, para conhecimento, o qual conclui que, após verificações efectuadas no local, a obra decorreu em conformidade com o respectivo projecto, considerando admissível que, mesmo em fase de obra, seja necessário executar algumas correcções como em qualquer obra . -----

-----Sobre o assunto, interveio ainda o Vereador Mário Alves referindo que no seu entender o relatório apresentado é de carácter genérico, salientando que o mais importante é saber se a obra foi executada de acordo com as normas de construção neste tipo de vias, pelo que a sua preocupação persiste. Razão pela qual havia solicitado ao Presidente da Câmara que fossem efectuadas análises ao betuminoso para averiguar das percentagens dos elementos que o constituem. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**5.7 – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS RUÍNAS DA BOBADELA**-----

-----A Vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que amanhã, às doze horas, vai realizar-se uma reunião na Direcção Regional de Cultura para se iniciarem as negociações relativamente à possibilidade de potenciar o Centro de Interpretação das ruínas de Bobadela, ou seja, ver de que forma é que se pode resolver a situação daquele espaço o qual no seu entender merece que seja intervencionado o mais rapidamente possível. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**5.8 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA -
ALDEIAS DO XISTO**-----

-----O Presidente da Câmara informou os senhores vereadores que está a decorrer o prazo para apresentação de candidaturas das obras que vão ser realizadas em Aldeia das Dez e em Avô relativamente aos trabalhos que vão ser executados junto à Praia Fluvial, dando conta de que os projectos já foram executados e que os dois juntos rondarão os 500 mil euros. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu que, no âmbito do PROVERE e no seguimento da questão formulada em anterior reunião pelo Vereador Paulo Rocha, para além dos projectos assinalados na matriz, foi aberto concurso para a componente pública, pelo que a autarquia irá apresentar candidatura relativamente à intervenção física em Aldeia das Dez, à intervenção física na envolvente da Praia Fluvial de Avô, havendo no entanto a componente plano de comunicação e plano de marketing onde se pretende introduzir a componente dos percursos pedestres, componente de divulgação e promoção do concelho, circuitos BTT e ainda a realização de um filme promocional que conjugue a promoção do património existente na Bobadela e bem assim a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

promoção do concelho, recriando a vivência do mundo romano à época aproveitando o espaço físico do Fórum Romano, do Centro de Interpretação de Ruínas e do Anfiteatro lá existentes.-----

**-----5.9 - PROMOÇÃO / RECONHECIMENTO DO SUCESSO ESCOLAR -
ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----**

D.A.G.F/DOC.28

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 08 de Outubro de 2010, conforme documento, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, que determinou que o prémio ao melhor aluno que concluiu a Licenciatura na ESTGOH, no valor de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros), fosse atribuído a Luís Miguel Batista Rosa, do curso de Engenharia Informática, nos termos do disposto no respectivo Regulamento.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----O Presidente da Câmara deu por finda a discussão dos assuntos inscritos na Ordem do Dia, solicitando aos elementos do público presente, particularmente da comunicação social, que se ausentassem da sala de reunião.-----

-----De seguida, retomou a discussão da questão levantada pelo Vereador José Carlos Mendes relativamente à atribuição de prémios no âmbito da promoção/reconhecimento do sucesso escolar, dando a palavra ao Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Mendes, que referiu o seguinte: -----

-----“A minha intervenção vai ser em abstracto e apenas na qualidade de responsável dos serviços e na minha qualidade de Secretário das Reuniões de Câmara, e que tem a ver quanto à forma como irá ser elaborada a acta, quer quanto à intervenção do Sr. Vereador José Carlos Mendes, quer quanto à intervenção do Sr. Presidente”. -----

-----Explicou ainda que “quando um vereador se considera impedido, ele próprio deve dar conta desse impedimento, mas compete ao Presidente do órgão colegial, neste caso ao Sr. Presidente de Câmara, declarar esse impedimento”. Prosseguiu referindo que “aquilo que eu queria perguntar é se em termos de acta, e uma vez que o Sr. Vereador disse estar consciente dessas intervenções... e eu já tive a oportunidade, aquando da última reunião de informar o Sr. Presidente da Câmara também em abstracto, de que alertasse o senhor vereador, embora não seja necessário alertar, porque cada pessoa é que tem que saber se está ou não impedido nos termos da lei, porque as consequências podem ser extremamente gravosas quando há uma intervenção em que há um impedimento legal e, neste caso, há um impedimento legal, portanto, aquilo que eu apenas queria perguntar ao Sr. Presidente é a forma como vai ficar a acta. Ou seja, teremos que colocar em acta a indicação de que o Sr. Presidente alertou o Sr. Vereador de que estava legalmente impedido de intervir e que mesmo assim ele manteve essa intervenção”. -----

-----Sobre o assunto o Vereador José Carlos Mendes referiu que “o Sr. Presidente não me alertou disso e mesmo que alertasse eu continuava a assumir as minhas responsabilidades. Aquilo que deve constar é o que se passou e que consta da respectiva gravação”. -----

-----O Presidente da Câmara disse entender que o Vereador José Carlos Mendes não esteve a falar sobre a filha dele, mas sim a discutir um regulamento.” -----

-----O Vereador Mário Alves disse no entanto que “desculpe Sr. Presidente mas eu fiz uma intervenção a dizer que o senhor não tinha sequer que lhe responder porque o Sr. Vereador estava impedido de falar sobre aquele assunto. Vamos lá ver se nos entendemos sobre esta matéria”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Carlos Mendes disse assim entender que “na minha perspectiva na acta deve ficar aquilo que aqui foi dito e que aqui foi feito mais nada. Cada um assume a sua responsabilidade”. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças esclareceu que apenas pretende alertar para esta situação porque depois não é o Sr. Presidente que faz os juízos, este impedimento decorre do Código do Procedimento Administrativo e depois a Lei da Tutela determina expressamente a possibilidade de perda de mandato quando um membro do órgão colegial intervém em caso de impedimento legal e, neste caso, há impedimento legal. Eu não posso deixar de lhe dizer isto. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que “qualquer acta tem que conter aquilo que durante a reunião se passou, e durante a reunião eu não fui alertado pelo Sr. Presidente, o Vereador Mário Alves falou sobre a situação, eu respondi, e é isso que tem de ficar a constar”. -----

-----O Vereador Mário Alves concluiu referindo que também não pretendia continuar a discutir o assunto pois o que tinha dito estava gravado. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 12 de Outubro de 2010**-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 12 DE
OUTUBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 12 DE
OUTUBRO DE 2010**

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**